

Convergência Participações S.A.

CNPJ: 06.120.367/0001-25

A movimentação dos investimentos é demonstrada a seguir:

	2016	2016
Saldo inicial	108.855	105.441
Aquisições	-	-
Integralização de capital	2.124	12.752
Cancelamento de quotas	-	(1.250)
Dação em pagamento e quitação de crédito	(1.250)	-
Resultado de variação no percentual de participação	(726)	(1.442)
Resultado de equivalência patrimonial	23.083	33.707
Recebimento de dividendos	(10.207)	(47.996)
Dividendos recebidos constituídos no exercício anterior	4.805	12.448
Saldo de dividendos a receber	(26.660)	(4.805)
Saldo final	100.024	108.855

9. IMOBILIZADO

	2017		2016		Taxas anuais de depreciação %
	Custo	Depreciação acumulada	Custo	Depreciação acumulada	
Terrenos	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	3	(2)	3	(2)	10
	3	(2)	3	(2)	

A Companhia efetuou internamente a análise da vida útil dos ativos imobilizados em atendimentos ao ICPC 10 e, como resultado, a Administração concluiu como adequada a estimativa que já vem sendo utilizada.

A movimentação do imobilizado é demonstrada a seguir:

	Terrenos		Móveis e utensílios		Total
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Saldo em 31/12/2016	Adições	
Saldo inicial	-	-	1	-	1
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-
Saldo líquido em 31/12/2016	-	-	1	-	1
Adições	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	-	-
Saldo líquido em 31/12/2017	-	-	1	-	1

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

10. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se basicamente a contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviços de assessoria e consultoria, entre outros. O prazo médio de pagamento de fornecedores é de 28 dias.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CIRCULANTE)

	2017	2016
Instituições financeiras	18.951	14.405
	18.951	14.405

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS

	2017	2016
PIS e COFINS a recolher	1	-
IRPJ e CSLL a recolher	-	-
Outros tributos a recolher	222	4
	223	4

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Ao final do exercício de 2016, foi destinado R\$ 6.365 a título de dividendos mínimos obrigatórios. O referido saldo permaneceu sem pagamento até o término de 2017.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (NÃO CIRCULANTE)

	2017	2016
Pessoas ligadas	133.826	68.207
Instituições financeiras	-	7.203
Outros empréstimos e financiamentos	2.330	6.052
	136.156	81.462

15. PROVISÃO PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS

Com base na análise individual dos processos em que a Companhia é parte, e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	Saldo em		Adições	Baixas	Saldo em	
	01/01/2016	31/12/2016			31/12/2017	
Trabalhistas	210	235	25	-	260	
Depósitos judiciais vinculados	(210)	(235)	(25)	-	(260)	

Os riscos e contingências trabalhistas correspondem exclusivamente a processos que discutem a cobrança da contribuição sindical patronal, integralmente suportados por depósitos judiciais, cuja movimentação é demonstrada na nota explicativa (7).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	829	829	25.461	25.461
Alíquota	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(207)	(75)	(6.365)	(2.291)
Efeito tributário das principais (adições) exclusões:				
Resultado de equivalência patrimonial	5.771	2.077	8.427	3.034
Resultado de alienação ou baixa de investimento	(182)	(65)	(361)	(130)
Reversão dos saldos de provisões	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis	(213)	(76)	(309)	(112)
Outros ajustes	(1.247)	(449)	(948)	(341)
	-	-	-	-

Sobre a base de cálculo negativa de IRPJ e CSLL do exercício de 2016, no valor de R\$ 1.777, estima-se a recuperação aproximada de 3.922 e 1.412 de IRPJ e CSLL (444 e 160 em 2016), respectivamente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social é de R\$ 24.301.652,92, composto por 8.829.895.604 ações, sendo 6.622.421.703 ações ordinárias sem valor nominal e 2.207.473.901 ações preferenciais sem valor nominal, assim distribuídas:

	2017		2016	
	Participação %	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações
Francisco Cunha Pereira Neto	25,00	2.207.473.901	25,00	2.207.473.901
Guilherme Döring da Cunha Pereira	25,00	2.207.473.901	25,00	2.207.473.901
Ana Amélia Cunha Pereira Filizola	25,00	2.207.473.901	25,00	2.207.473.901
Cristina Maria Cunha Pereira	25,00	2.207.473.901	25,00	2.207.473.901
	100,00	8.829.895.604	100,00	8.829.895.604

b) **Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Aos acionistas são destinados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social integralizado.

c) A Administração da Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária de 2017 a destinação de R\$ 6.365 para o pagamento de dividendos. Será aprovada em Assembleia Geral Ordinária de 2018 a não destinação de dividendos, devido à compensação de retificação de erros de exercícios anteriores com o lucro do período de 2017 (R\$ 829).

d) **Reserva de investimentos** - De acordo com o previsto na Lei nº 11.638/98, art. 194 a 197, a Administração da Companhia, com base no seu orçamento, aprovou em Assembleia Geral Ordinária de 2017 a destinação de R\$ 19.096 para reserva de investimentos. Na Assembleia Geral Ordinária de 2018 não haverá destinação para a reserva de investimentos, tendo em vista a compensação integral do lucro do período, conforme mencionado no item c.

18. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a composição da receita operacional:

	2017	2016
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Resultados positivos em controladas e coligadas	29.841	36.974
Resultados negativos em controladas e coligadas	(6.758)	(3.267)
	23.083	33.707

19. INFORMAÇÃO SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Sócios e administradores	(12)	(12)
Encargos sociais	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(133)	(125)
Utilidades e serviços	(406)	(1)
Viagens e representações	(15)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	(230)	(4)
Outras despesas	(386)	(207)
	(1.184)	(352)

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2017	2016
(Constituição) reversão de provisão para riscos e contingências	(25)	(25)
Outras despesas	(16.891)	-
	(16.916)	(25)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2017	2016
Recuperação de despesas	202	-
Outras receitas	1.291	-
	1.493	-

22. DESPESAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Juros passivos	(4.591)	(2.441)
Multas de mora	(3)	(26)
Comissões e despesas bancárias	(9)	(5)
I.O.F.	(28)	(254)
Variações monetárias passivas	(2.446)	(6.885)
	(7.077)	(9.611)

23. RECEITAS FINANCEIRAS

	2017	2016
Juros ativos	51	67
Rendimentos de aplicações financeiras	21	1
Variações monetárias ativas	2.085	3.117
	2.157	3.185

24. OUTROS RESULTADOS

	2017	2016
Resultado de alienação ou baixa de investimento	-	-
Despesa de alienação ou baixa de investimento	(860)	(2.173)
Receita de alienação ou baixa de investimento	133	730
	(727)	(1.443)

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Identificação e valoração dos instrumentos financeiros** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa e fornecedores.

b) **Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores** - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização, em razão da natureza de referidas contas.

c) **Política de gestão de riscos financeiros** - A Companhia possui e segue política de gerenciamento de riscos que requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

d) **Risco de crédito** - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito na aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.

O risco de crédito na aplicação de recursos é administrado por normas específicas aprovadas pela Administração para a aplicação financeira em instituições com boas avaliações de "rating" pelas agências e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro, buscando uma aplicação de forma conservadora e segura.

e) **Risco de liquidez** - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações.

f) **Risco de mercado** - O risco de mercado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos fornecedores. A Administração da Companhia entende que a mesma não está exposta a riscos de variações nas taxas de juros.

g) **Risco de taxa de câmbio** - A Companhia não está exposta a riscos de taxa de câmbio.

h) **Derivativos** - A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição de riscos de mercado, moeda e taxas de juros.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras em 03 de abril de 2018.

Guilherme Döring da Cunha Pereira
Diretor Presidente

Fernando de Oliveira Rosa
Contador - CRC/PR 037811/O-6



Maria Luiza Piccoli

Depois da reportagem publicada na quarta-feira pela **Tribuna**, relatando os problemas enfrentados pela vizinhança da Rua Elvira Harkot Ramina, no Mossunguê, por conta da cratera de aproximadamente 30 metros que se abriu no local há três anos, a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura enviou uma equipe para colocar tapumes e impedir a passagem de pedestres ao mirante. A barreira reforçada foi instalada de um lado a outro da via, bloqueando totalmente o acesso às proximidades do buraco, que representa um verdadeiro risco para pedestres e veículos. "Pra quem entra na rua por engano ou precisa fazer a volta, é um transtorno para manobrar o carro. Isso sem falar nos caminhões, que precisam entrar de ré. Se um dia algum edifício aqui do fim da rua precisar dos bombeiros vai ficar sem socorro porque não tem como chegar", disse Cristina Lacerda, síndica de um prédio próximo ao local. Com aproximadamente quatro metros de diâmetro e cerca de 30 metros de profundidade (segundo o engenheiro civil especialista em urbanismo Luiz Calhau), a rachadura é tão grande que não dá pra ver o fundo. Por telefone, a Secretaria Municipal de Obras informou que a medida paliativa foi adotada para evitar acidentes e que as obras para consertar o buraco devem começar dentro de 70 dias. Ainda não há previsão para o conserto definitivo da via. **(Maria Luiza Piccoli)**